

Pandemia: de Fratura Metabólica e Crise Sistêmica¹

Um Padrão de Poder e de Saber em Crise

Dr. Carlos Walter Porto-Gonçalves*

Pedro Henrique Rocha **

Helena Trindade **

Além de crises de diversas ordens - econômico/financeiras, energética, alimentar, climática/hídrica/ecológica, humanitária – que vêm afetando a humanidade, ainda que de forma desigual em sua geografia social, o ano de 2020 se viu diante de uma crise sanitária de dimensões globais, uma pandemia. Ainda que haja uma minoria negacionista, um relativo consenso veio se formando de que o mundo estaria diante da maior crise sanitária do último século, provocada pelo vírus identificado como SARS-CoV-2 (Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2), que desencadeia a enfermidade infecciosa COVID 19 (Coronavirus Disease 2019).

Quando já se contavam 118.000 casos notificados e 4.291 mortos, em 11 de março de 2020, a OMS declarou o estado de pandemia, conceito que diz respeito à difusão de uma epidemia por vários continentes e a combinação de processos de contágio importados e comunitários (Méndez, 2020). Aquilo que se acreditava ser um avanço civilizatório, qual seja, a aproximação cada vez maior de toda a humanidade com os meios de comunicação e transportes, se revelou também o caminho por onde se expandiu por todo o mundo um vírus indicando uma dimensão negligenciada dessa mesma integração, qual seja, a inscrição metabólica da sociedade. Em outras palavras, todo o desenvolvimento das forças produtivas desencadeado para afirmar um processo civilizatório com base na “dominação da natureza” (Francis Bacon) não se faz fora da natureza, o que nos mostra a profundidade da crise que o Coronavírus vem explicitando.

¹ Esse artigo é o primeiro de uma série - Pandemia: de Fratura Metabólica e Crise Sistêmica - que resulta de um projeto de pesquisa “Desigualdade Socioespacial e a Expansão da COVID-19 no Brasil” aprovado pela Pró-reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, Pró-reitora de Graduação e Pró-reitora de Extensão da Universidade Federal Fluminense/UFF. Agradecemos a leitura atenta de Gabriel de Sousa Ferreira e Vicente Brêtas Gomes dos Santos, dois dos mais novos Pesquisadores Júniores do LEMTO.

*Carlos Walter Porto-Gonçalves - Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense e Co-Ordenador do LEMTO - Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades.
** Pedro Henrique Rocha e Helena Trindade – Bolsistas de Iniciação Científica, graduandos do Curso de Geografia da Universidade Federal Fluminense e Pesquisadores Júniores do LEMTO - Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades.

Ao contrário do que se faz pensar, as crises acima assinaladas não são um evento improvável e/ou imprevisível, já que muitas delas se apresentam de modo cíclico e, por conta disso, vêm sendo objeto de estudo de vários pesquisadores ao redor do globo. O espanto que vemos hoje com a COVID-19, nos faz questionar as ações de pesquisadores, CEOs e/ou responsáveis por grandes corporações e governantes que, por suas posições de mando, têm responsabilidades maiores de se antecipar a eventuais problemas, sobretudo aqueles que ameacem a vida.

O geógrafo espanhol Ricardo Méndez (2020) chama a atenção para uma certa “inconsciência coletiva” que acaba caracterizando esses fenômenos como “ocasiões [em que] o desastre pareceu chegar de modo imprevisto e encontrou desprevenida a boa parte da população, que se considerava protegida e livre de calamidades [que seriam] próprias de outros lugares e de outras gentes” (Méndez, 2020:16). E alude a dois momentos recentes como a “grande recessão” econômica de 2008 e agora o “grande colapso”, como ele denomina a crise gerada pela COVID-19. Os casos invocados foram objeto de avisos prévios, mas ignorados, inclusive pela grande mídia que deveria mediar a informação no sentido do interesse público. Registre-se que, nos últimos anos, sobretudo desde os anos 1970 e de modo mais acelerado desde os anos 1990, o interesse público vem sendo deslocado pelo interesse privado com as políticas de ajuste fiscal recomendadas pela *troika* (FMI, Banco Mundial e OMC) que, na verdade, tornaram os estados reféns dos interesses rentistas, comandados pelo capital financeiro². Diga-se, de passagem, que a mídia também virou um negócio em si mesma, cada vez mais dependente de patrocinadores³ e não quaisquer patrocinadores, haja vista o caráter oligopolizado do capitalismo atual e a necessidade simbólica de conformar marcas conformando

² Em países periférico-dependentes, como o Brasil, tais políticas recomendadas pela *troika* têm a adesão voluntária das oligarquias tradicionais e da burguesia comercial (Havan) que se afirmam afirmando esse caráter dependente.

³ Devemos considerar que a mídia, sobretudo a chamada grande mídia, depende cada vez menos de leitores, no caso da mídia impressa. Depende cada vez mais da audiência com que vendem seus espaços publicitários. Assim, procuram agir de acordo com os “interesses do público”, tal e como os políticos que essa mesma mídia costuma chamar de populistas. Normalmente invocam a opinião pública de uma maneira difusa ignorando o efeito da opinião publicada na opinião pública. Na verdade, tratam seu público, seus “assinantes”, sua audiência, seus leitores, tal como os políticos convencionais tratam o povo, quase sempre como eleitores. Enfim, a mídia cada vez mais faz o papel de verdadeiro partido político contribuindo para (in)formar a opinião pública, inclusive para além dos períodos propriamente eleitorais e ainda com um fim específico de garantir a audiência. E, mais, com a imprensa sendo cada vez mais empresa, seus interesses empresariais se cruzam com os interesses dos patrocinadores que, como sabemos, são cada vez mais as grandes empresas, as grandes corporações. Para aprofundar o tema consultar Pierre Bourdieu (1987). Um exemplo bem característico dessa tese no Brasil é o Jornal Nacional, da corporação do Grupo Globo, noticiário de maior audiência na TV aberta no Brasil que é patrocinado pelo capital financeiro e seus grandes bancos nacionais (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco e Itaú) e estrangeiros (Santander), pelas corporações do agronegócio (Sadia, Perdigão, Seara, AMBEV, Friboi) e grandes empresas de mineração (Vale do Rio Doce). O bloco de poder dominante no Brasil não poderia estar melhor representado como está nos intervalos comerciais, o que nos autorizaria dizer que a parte mais verdadeira do JN da TV Globo seria seu intervalo comercial! Que as redes de comunicação, pelo seu poder de conformação das subjetividades e seus modos de vida, sejam objeto de interesse das grandes corporações, podem ser vistos também em outras redes que não a Rede Globo de TV, como é o caso do Grupo Record.

subjetividades, o que torna a mídia parceira desse bloco de poder financeiro oligopolizado.

Sobre a “grande recessão”, Méndez (2020) faz referência a vários estudos realizados por críticos aos excessos de desregulação dos mercados de capitais, da multiplicação do capital fictício, das bolhas de crédito, das dívidas e preços associados ao crescimento imobiliário e dos reflexos dessas práticas que aparecem como crises locais no Japão (1991), no México (1994), na Tailândia (1996), na Indonésia, na Malásia e na Coreia do Sul (1997), na Rússia e no Brasil (1998) e na Argentina (2001) como indicativos de uma crise global que se desencadearia em um futuro não tão distante.

Já sobre o “grande colapso”, Méndez (2020) desenvolve a mesma análise apontando estudos que previam uma doença com “o potencial de alterar o funcionamento diário da sociedade, [e] de deter o movimento de pessoas, do comércio e da indústria” (Osterholm y Olshaker, 2020:20), que “as enfermidades infecciosas são a ameaça mais letal para a humanidade”, pois “os surtos têm aumentado nas últimas décadas e o espectro de uma emergência sanitária mundial se vislumbra perigosamente no horizonte” (GPMB, 2019:6) e, ainda, que “o mundo não está preparado para uma pandemia causada por um patógeno respiratório virulento e que se propague com rapidez” (Ibidem: 15). Enfim, observássemos o passado recente e podíamos ver indicativos de uma crise global como vimos com a grande recessão e as crises econômicas “locais” na década de 1990. A tabela abaixo, elaborada pela OMS, confirma os estudos mencionados por Méndez, registrando o aumento da incidência de surtos epidemiológicos observados nas últimas décadas.

Tabela 1. Principais Epidemias e Pandemias – OMS 2001 – 2020

Enfermidades	Período	Áreas mais afetadas
SARS 2002-2003	2002-2003	Hong Kong/China/Canadá
Gripe Aviária – H5N1	2003-2005	China/Resto do mundo
Gripe Suína – H1N1	2009-2010	México/Resto do mundo
MERS	2012-2015	Península Arábica/Coreia do Sul
Ebola 2014-...	2014-...	África Ocidental
Zika	2015-2016	Ilhas do Pacífico/Am. Latina
COVID-19 2019-...	2019-2020...	China/Resto do mundo

Fonte: Méndez, 2020.

Sobre os avisos acerca de uma crise sanitária global se destacam os trabalhos de Guilbaud e Sansonetti (2015), de Osterholm e Olshaker (2017) e os de Snowden (2019), baseados em informes realizados pela OMS e por organizações privadas que buscavam ampliar a divulgação dos dados e, assim, criar protocolos internacionais de resposta às potenciais ameaças sanitárias. Nesses informes, a Gripe Aviária (H5N1), a Gripe Suína (H1N1), o Ebolavírus, a Zikavírus e mesmo a SARS e a MERS, vírus que compõem a

família coronavírus (Qiu et al., 2020), já figuravam como possíveis riscos de nível global. Observe-se que são informes de 2015, 2017 e 2019. Esses alertas tinham nas patologias que causaram epidemias recentes suas bases, em função do conhecimento prévio já adquirido e da possibilidade de evolução viral por mutação e/ou condições criadas por processos societários.

Por outro lado, ainda nesse contexto informativo, também encontramos estudos que descreveram com surpreendente antecipação o momento em que vivemos hoje. É o caso do artigo de Simon Parkin, publicado no Jornal *El País* em 31 de outubro de 2018, onde o autor embora se ancore na gripe aviária, adverte que o vírus da gripe seria o mais provável de se tornar um evento apocalíptico com potencial de dizimar grandes contingentes populacionais. Parkin (2018) descreve um cenário hipotético que teria a detecção do primeiro caso em um mercado rural chinês, e se sucederia da seguinte maneira:

Uma semana depois, se detectam três casos mais e o paciente morre no hospital por uma infecção pulmonar.

Um laboratório dirigido pelo CDC (Centro de Controle e Prevenção de Doenças, por sua sigla em inglês), em Atlanta, é o primeiro em examinar uma mostra de sangue tomada da vítima. Os virólogos do CDC confirmam que detectaram uma nova cepa de gripe aviária. O governo chinês, com experiência na gestão de tais surtos, ordena o fechamento dos mercados de aves e o sacrifício de dezenas de milhares de aves na província onde se descobriram os primeiros casos.

Sem embargo, ao fim de alguns dias, os hospitais seguem recebendo um grande fluxo de novos casos: está claro que nem o sacrifício nem as meticulosas regras do país para transportar animais vivos estão sendo efetivos. Parece que este novo vírus pode ser transmitido (contagiar) entre pessoas através do ar que respiramos.

Dias depois, novos casos da doença são relatados em países vizinhos à China, embora não esteja claro no momento se o vírus se espalhou por caminhões que cruzam a fronteira ou por pássaros que migram durante o inverno.

Quase imediatamente, prevê Redlener, os aeroportos internacionais começaram a fechar em um esforço para evitar a transmissão intercontinental. As viagens aéreas, onde desconhecidos de regiões geográficas com diferentes níveis de vulnerabilidade a doenças são forçados a ficar em casa por um longo período de tempo, é atualmente a maneira mais rápida de viajar (Parkin, 2018).

Chega a ser espantoso os detalhes desse artigo publicado em 2018, pouco mais de um ano antes da detecção do Coronavírus na China, pela semelhança com o que viria se passar a partir de janeiro de 2020, o que coloca sob séria crítica às instituições (que deveriam ser) públicas.

Outro trabalho que também merece destaque é o da R&D Blueprint, da OMS, como nos lembra Roberts (2020)

No início de 2018, durante uma reunião na Organização Mundial da Saúde em Genebra, um grupo de especialistas (do R&D Blueprint) cunhou o termo “Doença X” prevendo que a próxima pandemia seria causada por um novo patógeno desconhecido que não tinha ‘ainda infectado a população humana. A

Doença X provavelmente resultaria de um vírus originário de animais e surgiria em algum lugar do planeta onde o desenvolvimento econômico aumenta o contato entre pessoas e animais selvagens.

A Doença X provavelmente seria confundida com outras doenças no início do surto e se espalharia rápida e silenciosamente; explorando rotas de viagens humanas e de comércio, alcançaria vários países e espremeria a contenção. A Doença X teria uma taxa de mortalidade mais alta que uma gripe sazonal, mas se espalharia tão facilmente quanto a gripe. Isso abalaria os mercados financeiros antes mesmo de alcançar um status de pandemia. Resumindo, a COVID-19 é a Doença X. (ROBERTS, 2020).

É bem verdade que epidemias não são novidade para a humanidade. Convivemos com elas há, pelo menos, 11.000 anos (Wolfe; Dunavan; Diamond, 2007), mas a existência de trabalhos que anunciam com detalhes tão precisos a situação que agora vivemos em 2020 nos faz questionar as autoridades políticas, tanto do estado restrito (Executivo, Legislativo e Judiciário) como do estado ampliado (Empresas e ONGs) que comandam as instituições de tomada de decisões, assim como os grandes meios de comunicação que monopolizam a mediação (mídia, *media*) cujas implicações com o mundo corporativo tende a colocar o interesse público num plano secundário. Isso nos faz lembrar a certa observação de Josué de Castro sobre a questão da fome quando afirmara que a vergonha de nossa época não é que, hoje, haja fome, fato que, desafortunadamente, vem acompanhando a história da humanidade, mas sim que, hoje, temos todas as condições para resolver a questão e não o fazemos. Essa é a vergonha de nossa época. O mesmo pode ser dito acerca das pandemias.

Outro episódio que merece ser destacado ocorreu em janeiro de 2020. Entre os dias 21 e 24 de janeiro de 2020, o Fórum Econômico Mundial realizava mais uma Conferência, em Davos, na Suíça, que contou com a presença de grandes personalidades e celebridades do poder global, com seus empresários, políticos e *think tanks*. Como sempre tem ocorrido, a chamada grande mídia estava lá fazendo a cobertura habitual, ela que também é parte desse poder global. A conferência por si só teria a importância habitual, porém as datas do evento coincidem com o primeiro decreto de quarentena em Wuhan, na China (23/01/20). Não bastasse esse fato, semanas antes dos primeiros relatos de contaminações humanas pela COVID-19, dois informes já alertavam sobre a carência de medidas sanitárias básicas a nível mundial atentando, principalmente, para o risco de epidemias cada vez mais frequentes abrangendo uma gama maior de regiões (GPMB, 2019; Johns Hopkins, 2019). Apesar desses informes prévios e da coincidência do que ocorria em Wuhan, no documento final lançado após a reunião internacional (The Global Risk Report 2020) não encontramos uma linha sequer sobre a eclosão da doença ou sobre o decreto de quarentena.

O documento *The Global Risk Report 2020* identificou, a partir de entrevistas e

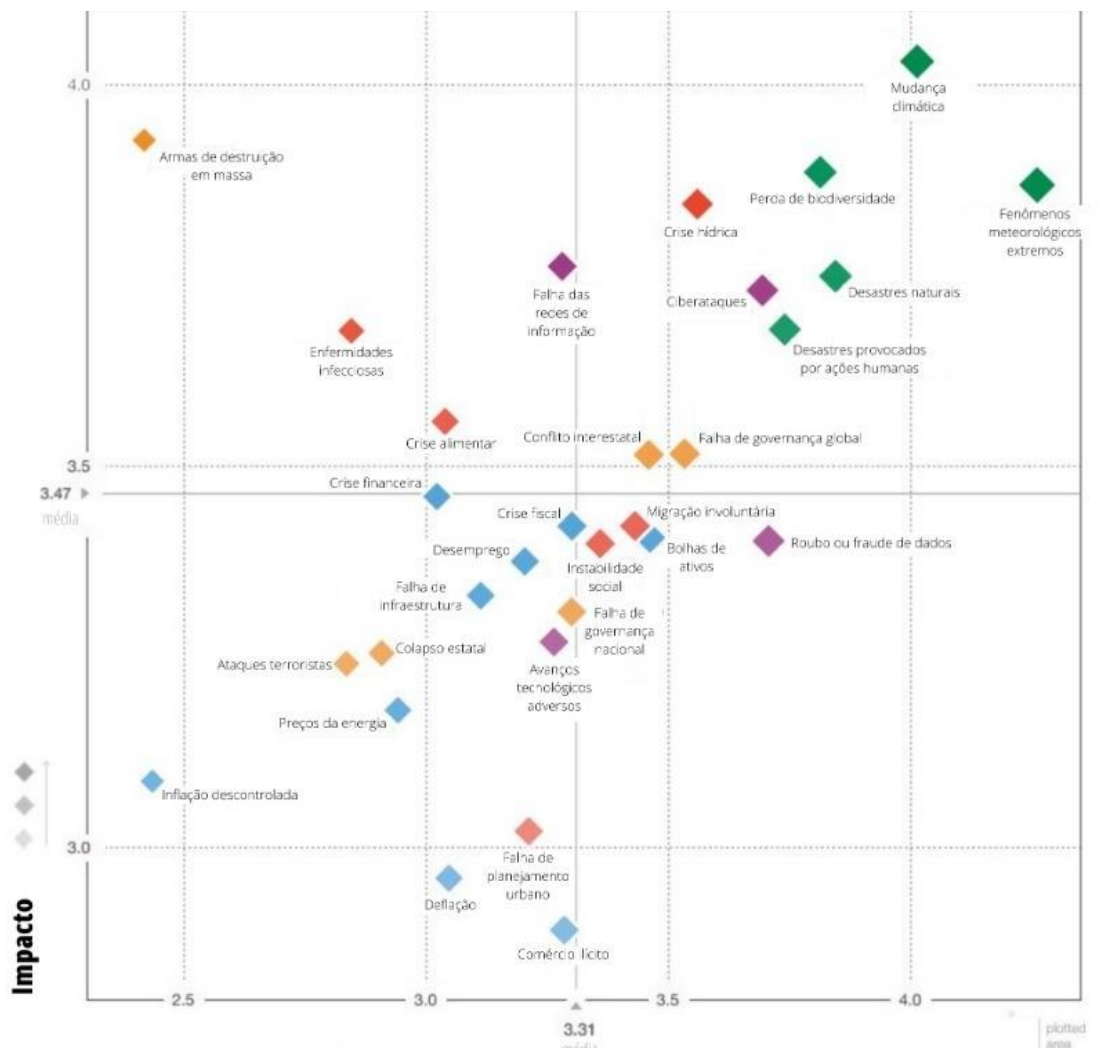
pesquisas realizadas com mais de 800 *experts* internacionais responsáveis por grandes empresas corporativas e autoridades públicas, as principais ameaças à “prosperidade mundial” para a próxima década. Seriam elas: (1) a guerra comercial entre grandes potências, mencionada por 78,5% dos entrevistados; (2) a polarização na política interna em muitos países, apontado por 78,4%; (3) as ondas de calor extremas assinaladas por 77,1% e (4) a destruição de ecossistemas naturais que foi apontado por 76,2% dos entrevistados como os riscos mais importantes para a “prosperidade mundial” (Méndez, 2020). Observe-se no quadro síntese abaixo (Imagem 1), no seu quadrante superior à direita que indica os riscos de maior impacto e de maior probabilidade, onde constam os riscos de ciber-ataques, crise hídrica, perda de biodiversidade, fenômenos meteorológicos extremos, desastres antrópicos, desastres naturais e mudança climática. Nenhuma ameaça de enfermidade epidêmica foi considerada entre as dez mais importantes e, como destacou criticamente Ricardo Méndez (2020: 25), “a ameaça de enfermidades epidêmicas foi considerada de muito escassa probabilidade, ainda que aceitando que, em caso de vir a ocorrer, seu impacto seria superior ao médio”.⁴

Quando tomamos em conta o que ocorreu com a difusão do SARS-CoV2 pelo mundo, e se fez necessário o estabelecimento de medidas de isolamento social e fechamento de fronteiras em praticamente todo o globo, podemos afirmar que, além da crise representada pela própria pandemia, as instituições que nos governam não estão preparadas para dar conta da magnitude e da gravidade dos problemas que nos afligem. A hierarquia dos riscos que o quadro acima aponta, que indicaria a hierarquia necessária à formulação de políticas, negligencia as necessidades mais prementes da maioria da população mundial que, diga-se de passagem, está mais próxima dos limites da sobrevivência no seu dia a dia do que preocupada com a prosperidade, ainda que um simulacro disso, um “baú da felicidade”, seja vendido todos os dias na mídia embalando⁵ as gentes.

Imagem 1. Entre as ameaças reais e a fantasia
The Global Risk Report 2020 (Relatório de riscos globais 2020)

⁴ Há de se considerar que organizações que reivindicam o caráter científico de seus estudos, como a Future Earth (patrocinada pela UNESCO), chegam aos mesmos resultados acerca dos principais riscos globais apresentados pelo Fórum Econômico Mundial (WEF) na Imagem 1.

⁵ Embalar é o verbo mais adequado até porque nos remete (1) ao fato de embalar uma criança levando-a ao colo para dormir, (2) ao fato de embrulhar uma bala, guloseima de crianças e, ainda, (3) às embalagens das mercadorias, cada vez mais atrativas ao consumo. Assim, embalados, podemos dormir e sonhar com o “baú da felicidade”. Felix Guatarri chamou a isso “fabricação capitalística da subjetividade” (Guatarri, 1982).



Probabilidade

Os 10 maiores riscos em termos de

Probabilidade

- Fenômenos meteorológicos extremos
- Mudança climática
- Desastres naturais
- Perda de biodiversidade
- Desastres provocados por ações humanas
- Roubo ou fraude de dados
- Ciberataques
- Crise hídrica
- Falha de governança global
- Bolhas de ativos

Os 10 maiores riscos em termos de

Impacto

- Mudança climática
- Armas de destruição em massa
- Perda de biodiversidade
- Fenômenos meteorológicos extremos
- Crise hídrica
- Falha das redes de informação
- Desastres naturais
- Ciberataques
- Desastres provocados por ações humanas
- Enfermidades infecciosas

Categorias

- Econômica
- Ambiental
- Geopolítica
- Social
- Tecnológica

Fonte: World Economic Network, 2020. In Méndez, 2020.

Mas não só. Cabe destacar que dos dez riscos apontados com maior probabilidade e impacto, cinco são ambientais (desastres naturais, desastres antrópicos (sic), perda de biodiversidade, fenômenos meteorológicos extremos, mudança climática), dois são de

natureza geopolítica (falha na governança global e conflito interestatal), dois de ordem tecnológica (ciber-ataque e falha nas redes digitais) e somente um de caráter social (crise hídrica), o que nos indica também questões de ordem epistêmicas com profundas implicações sociais e políticas: afinal, o que se está entendendo por “ambiental” de modo que a questão hídrica e, somente ela, apareça como “social”? Não seriam “sociais” os “fenômenos meteorológicos extremos” ou a “perda de biodiversidade” ou os “desastres naturais” ou os “desastres antrópicos”? Afinal, quem são os mais afetados por essas questões “ambientais”? Não seria “geopolítica” a “mudança climática”? Uma “crise sanitária”, como uma epidemia ou uma pandemia, seria “social” ou “ambiental”? Enfim, há uma clara questão epistêmica e política que aparece nos modos como distinguimos cada uma dessas questões e como não conseguimos devolver cada uma delas ao contexto sociometabólico, à totalidade de que são parte.

A questão da saúde é, nesse sentido, altamente reveladora das contradições do modo atomístico-individualista como vem sendo abordada (Castoriadis, 1982), haja vista que, em verdade, só pode ser tratada de modo sistêmico, holístico e dialético, na medida que nossos corpos são atravessados por contradições das relações sociais e de poder de que fazem parte. Assim, aqueles que se fazem representar no Fórum Econômico de Davos, embora estejam livres das condições mais abjetas de sobrevivência em que vive a maioria da população mundial, não estão livres dos efeitos de um vírus. Enfim, não estão livres dessa experiência vital compartilhada de modo direto e simultâneo com a maioria oprimida/explorada/subalternizada da humanidade e, por isso, a hierarquia de riscos apresentada na enquete acima é um verdadeiro espelho da sociedade, porém na exata medida em que o espelho é, sempre, uma imagem invertida. As instituições que nos governam estão longe de representar o interesse público. Afinal, os avisos são dados com estudos cientificamente sustentados e por mobilizações dos que mais são afetados por essas políticas que não merecem destaque na tomada de decisões, apesar de sua gravidade, insistimos.

A hierarquia necessária na formulação de políticas se mostra negligente, para dizer o mínimo, quanto às necessidades mais prementes da maioria da população mundial. E, mais uma vez, cabe lembrar que não é a primeira vez que ameaças patológicas obrigam as sociedades a mudarem seus hábitos ou suas ações. Basta retornarmos 100 anos atrás e nos depararmos com os efeitos da Gripe Estadunidense/Espanhola em 1918, que matou mais pessoas que a Primeira Guerra Mundial. Ou então, voltar mais no tempo e relembrar os surtos de Peste Bubônica. Exemplos de patologias alterando a dinâmica socioespacial não faltam na história e na geografia da humanidade. Quem sabe estejamos sendo vítimas de

um outro tipo de mal-estar derivado de uma crença ingênua de que, hoje, estaríamos livres de tal situação pelo progresso da ciência e, com isso, ignorando não só que o mundo da ciência está atravessado por controvérsias, por dúvidas, como também há outras formas de conhecimento além do conhecimento científico. Tomemos um exemplo: as principais medidas recomendadas para nos prevenirmos da atual pandemia – manter o isolamento social, usar máscaras e lavar as mãos – não emanam exclusivamente do mundo científico, mas sim da experiência milenar acumulada enquanto conhecimento vernacular, ainda que a ciência convalide esses conhecimentos. Essas mesmas medidas foram utilizadas, por exemplo, no surto de peste pneumônica ocorrida no Nordeste da China, em 1910⁶ (López, 2021).

Por mais que um antropocentrismo arrogante que se quer acima da natureza venha se impondo, um vírus nos obriga a nos vermos como parte de uma espécie ameaçada por uma enfermidade que longe está de ser um fenômeno natural, ainda que o seja também, haja vista que resulta de “um vírus originário de animais [qu]e surgiria em algum lugar do planeta onde o desenvolvimento econômico aumenta o contato entre pessoas e animais selvagens”, ou seja, obra das opções econômico-políticas forjadas num regime societário que vem colocando a bolsa acima da vida, se nos permitem a metáfora, onde a economia parece não saber lidar com seu radical eco, o mesmo de ecologia, na qual estamos todos, humanos e não-humanos, envolvidos.

Talvez tenhamos que levar mais a sério o sociólogo Aníbal Quijano que caracterizou o momento histórico que vivemos como uma crise de um padrão de poder e de saber que nos habita desde que o atual sistema mundo capitalista moderno-colonial começou a se desenhar, em 1492. Portanto, uma crise de um padrão de poder e de saber que mergulha numa história de larga duração e que, desde os anos 1960, teria entrado em caos sistêmico (Arrighi, 1996). E, sublinhamos, uma crise do padrão de poder e de saber, epistêmica e política, enfim, uma crise civilizatória e não de uma crise do capitalismo, ainda que também o seja. O que o Coronavírus está explicitando é a crise desse padrão de poder e de saber que colonizou o mundo com sua geopolítica e sua tecnociência com seu

⁶No outono chinês de 1910 uma misteriosa doença surgiu no Nordeste do país ocasionando rápidas mortes e pânico na população. Após a primeira morte em Manzhouli, na fronteira com a Rússia, e a proliferação para Harbin, uma cidade cosmopolita que surgiu graças ao desenvolvimento ferroviário na região, o governo chinês convocou o médico malaio Wu Lien-teh, figura de rápida ascensão na medicina e de forte prestígio médico, para investigar a situação da epidemia. Após a intervenção do médico descobriu-se que a patologia em questão já havia dizimado um quarto da população europeia no século XIV e que, ao contrário do que se pensava no Ocidente, a sua transmissão poderia ser dada pela expiração e pelos fluídos humanos. Dessa maneira, Wu sugeriu algumas medidas de combate ao governo, entre elas a criação de hospitais especiais para pacientes infectados, medidas de quarentena, restrições de deslocamento e a fabricação de máscaras cirúrgicas para que toda a população as utilizasse. Com as medidas sugeridas por Wu o cenário epidemiológico foi contido em apenas 4 meses, e após uma avaliação da luta contra a *peste da Manchúria* o médico e o governo chinês convocaram outros cientistas para discutirem suas ações e publicaram o *Relatório da Conferência Internacional de Praga, 1911* como uma forma de orientar futuras ações semelhantes (LOPEZ, 2021).

mito da dominação da natureza (e dos que a ela são assimilados) e que não se perguntou quem dominaria o dominador. Eis a pergunta que não quer calar!

Referências Bibliográficas

ARRIGHI, Giovanni. O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp, 1996.

_____; SILVER, Beverly J. Caos e governabilidade no moderno sistema mundial. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora UFRJ, 2001.

BOURDIEU, Pierre. (1987). A opinião pública não existe. In Michel Thiollent, Crítica metodológica, investigação social e enquete operária (4 ed.) (pp. 137-151). São Paulo: Polis.

CAMERON, E.E.; NUZZO, J.B.; BELL, J.A. dirs. (2019). Global Health Security Index. Baltimore: Johns Hopkins Bloomberg School of Public Health.

CASTORIADIS, C. (1982) A Instituição Imaginária da Sociedade. Rio de Janeiro: Ed. Paz e terra.

GUATARRI, Felix (1982) Micropolítica - Cartografias do Desejo. Ed. Brasiliense, Rio de Janeiro.

GPMB (2019). A World at Risk. Annual Report on Global Preparedness for Health Emergencies. Ginebra: GPMB-OMS-Banco Mundial

GUILBAUD, A.; SANSONETTI, P. (2015). Le retour des épidémies. Paris, Presses Universitaires de France.

LÓPEZ, Alberto. (2021). Dr. Wu Lien-teh, o primeiro herói a recomendar máscaras para enfrentar uma pandemia. El País. Madri. 10 mar. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/sociedad/2021-03-10/dr-wu-lien-teh-o-primeiro-heroi-a-recomendar-mascaras-para-enfrentar-uma-pandemia.html>. Acesso em: 11 mar. 2021.

MÉNDEZ, R. Sitiados por la pandemia - Del colapso a reconstrucción: apuntamientos geográficos. Madrid: Revives, 2020

OSTERHOLM, M.; OLSHAKER, M. (2020). La amenaza más letal. Nuestra Guerra contra las pandemias y cómo evitar la próxima. Barcelona: Planeta.

PARKIN, Simon. Así será nuestra próxima pandemia global: a pesar de los esfuerzos de gobiernos y organismos para prepararse para lo peor, el mundo no está preparado para un brote mundial de una enfermedad contagiosa mortal. El País. [S.I.]. 27 nov. 2018. Disponível em: https://elpais.com/elpais/2018/10/10/ciencia/1539182476_373009.html. Acesso em: 20 maio 2020.

QIU, Ye; ZHAO, Yuan-bo; WANG, Qiong; LI, Jin-yan; ZHOU, Zhi-jian; LIAO, Ce heng; GE, Xing-yi. Predicting the angiotensin converting enzyme 2 (ACE2) utilizing capability as the receptor of SARS-CoV-2. Microbes And Infection, [s.l.], mar. 2020. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.micinf.2020.03.003>.

ROBERTS, Michael. A culpa é do vírus. 2020. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2020/03/17/michael-roberts-a-culpa-e-do-virus/>. Acesso em: 23 maio 2020.

SNOWDEN, F.M. (2019). Epidemics and Society. From the Black Death to the Present. New Haven: Yale University Press.

WEF (2020). The Global Risks Report 2020. Ginebra: World Economic Forum-Marsh & McLennan-Zurich Insurance Group, 15ª edição

WOLFE, Nathan D.; DUNAVAN, Claire Panosian; DIAMOND, Jared. Origins of major human infectious

diseases. *Nature*, [s.l.], v. 447, n. 7142, p. 279-283, maio 2007. Springer Science and Business Media LLC.
<http://dx.doi.org/10.1038/nature05775>.